



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia, Obras
Públicas, Planeamento e Habitação
Deputado Afonso Oliveira

Lisboa, 22 de dezembro de 2022

Assunto: Requerimento para audições sobre segurança de operação de aeronaves civis

Foi recentemente noticiado, e amplificado, na comunicação social um conjunto de segmentos de um relatório que está ainda a ser elaborado pelo Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários (GPIAAF). O sensacionalismo na abordagem deste caso traduziu-se em requerimentos para audições na Assembleia da República colocando em causa a qualidade do controlo aéreo nacional e a NAV.

Estamos perante um caminho perigoso, particularmente para a aviação civil e para a segurança do transporte. Os acidentes acontecem e as suas causas e eventuais responsáveis devem ser apurados – mas, mais importante, é fundamental trabalhar para que os acidentes aconteçam cada vez menos. Para tal, é determinante uma investigação de segurança serena e séria, hoje a cargo do GPIAAF, que «visa unicamente identificar os fatores causais e contributivos envolvidos nos acidentes ou incidentes, com vista à eventual emissão de recomendações para prevenção e melhoria da segurança» neste caso da aviação civil, e que é «independente e distinta de quaisquer processos judiciais ou administrativos que visem apurar culpas ou imputar responsabilidades.»

Esta investigação de segurança salva vidas. É particularmente valorizável que sejam investigados todo o tipo de incidentes, mesmo aqueles que, não tendo provocado danos materiais ou vítimas, não deixam de expor falhas de segurança que importa detetar e corrigir.

À Assembleia da República cabe apurar se as regras e os mecanismos estabelecidos para garantir a realização destas investigações de segurança são suficientes e corretos. Em 2016, por exemplo, registava-se um grave problema no atraso nas investigações de incidentes e acidentes na aviação civil, por absoluta falta de meios humanos alocados à tarefa. Hoje esse problema não parece existir, pelo menos a avaliar pelos relatórios de acidentes ocorridos e o estado da respetiva investigação, quase todas concluídas.

Importa ainda avaliar se as recomendações de segurança de cada relatório do GPIAAF são atendidas pelos vários intervenientes envolvidos e se não são, porque não o são. Como o PCP alertou a propósito do grave acidente de Soure, uma das falhas apontadas pelo relatório final do GPIAAF a esse acidente apontava exatamente para o problema de as recomendações

de relatórios anteriores não terem sido atendidas pelas entidades envolvidas. Sobre essa matéria, (a desconsideração sistemática das recomendações do GPIAAF), questionámos aliás o Ministro das Infraestruturas no momento oportuno, em audições na Comissão Parlamentar.

Pelo exposto, **o PCP vem solicitar que seja ouvido nesta Comissão o GPIAAF sobre duas questões concretas:** avaliação à suficiência dos meios colocados à sua disposição para a realização das tarefas que lhe estão acometidas; avaliação da suficiência dos mecanismos destinados a acompanhar a implementação das recomendações de segurança que resultem das investigações desenvolvidas.

A notícia referida e os dois requerimentos (PSD e CH) que a mesma já originou, colocam ainda em causa a qualidade do controlo aéreo nacional e a NAV, empresa pública que assume essas funções. Falamos de um sector de ponta do sector aéreo nacional, reconhecido internacionalmente pelos seus elevados padrões de qualidade e segurança, que é um garante da soberania nacional. Falamos de um sector nacional que a União Europeia pretende destruir, no quadro do chamado Céu Único Europeu, para entregar o controlo do espaço aéreo nacional, primeiro a uma estrutura supranacional e posteriormente à exploração por multinacionais europeias.

Neste sentido, **o PCP solicita igualmente que sejam ouvidos nesta Comissão a Administração e a Comissão de Trabalhadores da NAV**, para uma avaliação global da resposta operacional da NAV e da suficiência dos meios colocados à sua disposição para o desempenho da sua missão.

O Deputado,

Bruno Dias